

## ESPECIAL REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Tirem as mãos da nossa aposentadoria!

O governo Bolsonaro e sua equipe econômica apresentaram, em 20 de fevereiro, a PEC 06/2019, que altera de modo profundo a Previdência Social, prejudicando não apenas os novos trabalhadores, mas também os que já se encontram no mercado, e com riscos, inclusive, para quem já está aposentado.

Se a PEC passar, o acesso da população à aposentadoria será retardado ou impedido, o valor dos benefícios cairá e o fundo público, em parte ou no todo, será progressivamente transferido para o sistema financeiro privado. Na prática, milhões de trabalhadores não conseguirão se aposentar ou vão passar a ter uma renda miserável.

A mudança mais profunda que Bolsonaro quer passar, a da capitalização individual, desmonta completamente o sistema pelo qual o conjunto da sociedade garante proteção social para os trabalhadores.

A reforma será ainda mais prejudicial para as mulheres, para os trabalhadores rurais e os profes-

sores. Os que estão no mercado informal ou desempregados, a parcela mais pauperizada do povo, também vão pagar o pato. Para esses, nem o salário mínimo será garantido na velhice.

**O governo mente ao dizer que combate privilégios.** Pois as propostas atacam justamente os trabalhadores do campo e da cidade que constroem o país por décadas e, ao se aposentar, recebem R\$ 1388,08 em média.

Ao mesmo tempo, para quem realmente tem privilégio, os grandes empresários e latifundiários, a PEC é ótima. Por exemplo, não mexe nas desonerações da folha de pagamento (e o setor de Comunicação segue desonerado), e, ao prever a adoção da capitalização individual, cria a possibilidade de **as empresas passarem a não contribuir com mais um único centavo para a Previdência** (veja à frente).

*O que está em jogo é a disputa pelos recursos do orçamento público*

A reforma tira dinheiro dos trabalhadores em benefício de devedores, sonegadores e da especulação financeira, e do alívio aos grandes empresários.

**O governo mente quando fala em déficit da previdência.** A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) é uma das entidades que afirmam isso. Ela explica que a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência) criada pela Constituição é sustentável. O financiamento é tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e Estado (sociedade, via tributos).

Acontece que o governo não contribui com toda a sua parte, tirando recursos da Seguridade para destinar ao pagamento de juros e amortização da dívida. E o debate de fundo dessa reforma é esse. O objetivo de economia dessa PEC (R\$ 1 trilhão em 10 anos) é justamente liberar mais verbas



para o pagamento do serviço da dívida, seguindo o "novo regime fiscal" que Temer aprovou em 2016, com o voto de Bolsonaro.

## Defesa da previdência pública, solidária e universal

Não é necessária nenhuma reforma que tire direitos. Urgente é a recomposição das fontes de financiamento da Seguridade social, com o imediato combate à sonegação e cobrança dos devedores. Igualmente urgente a adoção de uma política de crescimento econômico sustentável, de longo prazo, para recompor a arrecadação do Estado e dos tributos que financiam a Seguridade Social.

Por isso o movimento sindi-

cal, reunido em uma Assembleia Nacional organizada pela CUT e todas as outras centrais, no mesmo dia em que a PEC foi apresentada, decidiu construir a luta para derrotar a reforma.

Será uma batalha difícil. A Previdência unifica o setor financeiro e os grandes empresários, e seus representantes no Congresso e no governo. Para defender nossos direitos, será necessário um movimento forte, com a unidade de milhões de traba-

lhadores, como o que em 2017 ajudou a impedir a reforma com a construção da Greve Geral.

**O Sindicato dos Jornalistas SP acredita que é possível construir essa mobilização,** e chama todos os profissionais a participar desse debate.

**22 de março:**  
*Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência.*  
*Acesse [www.sj-sp.org.br](http://www.sj-sp.org.br) para informações.*



# Déficit da Previdência: Fato ou Fake?

Em 2017, uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), concluiu que não há necessidade de reforma da Previdência, ao levantar dados que comprovam que o sistema previdenciário público é sustentável.

No dia 27/2, uma palestra no Sindicato sobre o tema, com o economista Victor Pagani, coordenador técnico do DIEESE, mostrou que após décadas de superávit, o desequilíbrio das contas desde 2016 é devido à políticas econômicas recessivas.

## DÍVIDAS E SONEGAÇÃO

Em 2017, um levantamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional mostrou que empresas devem R\$ 426 bilhões ao INSS. O valor equivale a três vezes o que o governo alega ter sido o déficit da Previdência em 2016 (A Anfip discorda do cálculo, veja gráfico ao lado). São empresas como Bradesco, JBS e Vale. E há casos recorrentes de apropriação indébita: o relatório da CPI mostrou que, em quatro anos, **empresários descontaram R\$ 125 bilhões dos trabalhadores e não repassaram para a Previdência**, o que é crime. Não há medidas previstas sobre isso.

**R\$ 426 bilhões** é o valor devido por empresas ao INSS. 82% delas estão ativas.

Segundo a Procuradoria, 73 deputados federais e 13 senadores estão associados a empresas que devem R\$ 372 milhões ao INSS, um em cada sete congressistas. Esses parlamentares são sócios, presidentes, fundadores ou administradores dessas empresas, que incluem o ramo de comunicação, com destaque para rádios e TVs. São eles que vão votar a reforma!

**O MAIOR DEVEDOR** é o senador **Fernando Collor (PTC-AL)**. São R\$ 112 milhões. Ele é

sócio da TV Gazeta de Alagoas, retransmissora da Globo, que **deve R\$ 46 milhões ao INSS**.

## DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

O governo descumpra a Constituição desde os anos 90. Receitas são desviadas para o pagamento da dívida pública, com mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União, a DRU, que permite ao governo remanejar livremente até 30% das receitas, para dar maior flexibilidade ao orçamento.

Essa desvinculação inclui hoje contribuições como Cofins, CSLL, PIS e PASEP, arrecadações com loterias e outros, recursos que a Constituição instituiu para financiar a Seguridade Social. Querem que a população pague uma conta que não é dela.

O suposto "rombo" divulgado pelo governo se transforma em superávit quando somamos todas as fontes de financiamento: em 2014 um superávit de R\$ 55,7 bilhões e em 2015 de R\$ 11 bilhões, segundo a ANFIP.

No fim, o debate do déficit, mesmo em se considerando todas os recursos deixados de lado, só faz sentido se considerarmos que não é papel do Estado investir em políticas de proteção social aos cidadãos. Mas os recursos usados na Previdência são investimentos sociais em um país com desigualdades nacionais gigantescas. Na crise, muitos aposentados viraram arrimo de família. A reforma vai aumentar a pobreza.

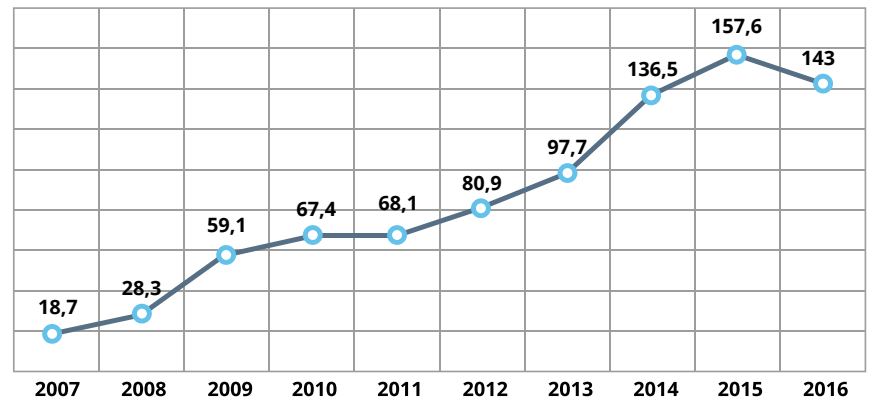
**A DRU tirou da Previdência, entre 2000 e 2015, quase R\$ 1,5 trilhão**

**Em 2016, a DRU passou de 20% para 30% dos recursos da Seguridade.**

(Fonte: CPI do Senado; valores atualizados pela Selic em 2017)

## Desoneração crescente sangra a Seguridade Social

Desonerações sobre as receitas, em bilhões de reais



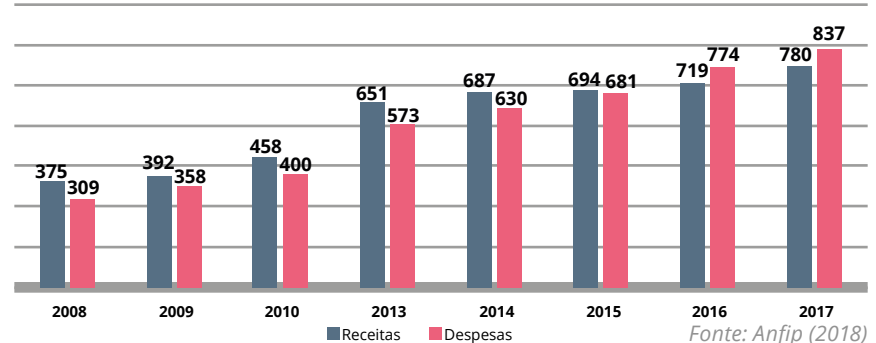
Fonte: Receita Federal e Ministério da Fazenda (Dieese)

Em 2007, não havia desoneração de contribuição com a Previdência. Havia do Cofins, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Programa de Integração Social (PIS/Pasep), e somavam R\$18,8 bi. Em 2016, a desoneração da folha com a

Previdência foi de R\$ 54,3 bi, e as demais subiram para R\$88,7 bi. Ou seja, R\$ 143 bilhões, o que supera em muito o déficit registrado, de R\$ 57 bilhões. Sem a desoneração, haveria superávit, apesar da terrível recessão que atingia o país.

## Despesas só passaram receitas a partir de 2016

Resultado da Seguridade Social, em bilhões de reais



Fonte: Anfip (2018)

## É preciso cobrar os devedores!

Dívida ativa com a Seguridade Social, há dois anos



## Capitalização individual só beneficia o setor financeiro

A mudança mais profunda que Bolsonaro quer passar, a da capitalização individual, muda por completo a estrutura da Previdência. Por hora, o governo pretende introduzir o regime de Capitalização com um Modelo Misto: repartição simples (o fundo do INSS, para até 1 salário mínimo) + capitalização (poupança individual) em fundos públicos ou privados.

O governo fala na "possibilidade" de contribuição dos empregadores, e não na obrigatoriedade, e não fala sobre a continuidade de contribuição do Estado (o modelo tripartite, veja página 2). Mas não é possível dizer, por hora, como funcionaria na prática, pois a regulamentação vai depender de uma lei complementar.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, se baseia no chamado "modelo chileno", adotado durante a ditadura de Pinochet. Lá, cada trabalhador tem uma conta pessoal, com contribuição apenas dos trabalhadores e sem contrapartida patronal. 90,9% dos aposentados pela capitalização individual recebem menos

de R\$ 695 mensais. O cenário é tão catastrófico que o índice de suicídio de idosos tornou-se um dos maiores do mundo.

No México, uma reforma da previdência em 1997 também seguiu a lógica da capitalização, ainda que com diferenças no modelo. Hoje, 77% dos idosos que chegam aos 65 anos (idade mínima para se aposentar no país) ficam sem o benefício.

Além disso, é o trabalhador quem arca sozinho com os prejuízos caso ocorra qualquer problema com o fundo. Na crise do sistema bancário de 2008, por exemplo, os trabalhadores chilenos viram suas pensões serem reduzidas, em média, 40%. Por fim, os fundos privados em geral calculam o valor das pensões com base numa estimativa de sobrevida do trabalhador ao se aposentar. Se viver mais, fica sem cobertura.

### TRABALHADOR PERDE, OS BANQUEIROS GANHAM

É um sistema pensado para injetar bilhões de reais dos trabalhadores no mercado de capitais. E esse é um dos motivos



Em 2016, 1,7 milhão disseram "No+AFPs" (Fundos de Pensão) no Chile

pelo qual o setor financeiro é o que mais tem a ganhar com uma reforma da Previdência.

**69,6% do PIB do Chile é o capital acumulado em apenas 5 Administradoras de Fundos de Pensão\***

Além de tudo, o governo Bolsonaro quer um cheque em branco para fazer tudo isso: a Proposta de Emenda Constitucional apresentada autoriza que uma lei complementar estabeleça a capitalização. É uma mudança estrutural de fundo, que altera um capítulo inteiro da Constituição Federal e vai impactar a

vida de milhões de pessoas, e o governo quer autorização para que seja feito por meio de uma lei com tramitação ordinária no Congresso e quórum mais baixo para aprovação.

Com a quebra da solidariedade entre gerações, ficaria ainda uma pergunta fundamental: se os novos trabalhadores vão contribuir para um sistema individual, quem vai pagar o custo de transição, ou seja, financiar a sua aposentadoria, já que hoje você contribui para pagar os atuais aposentados?

\*dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2015

## Mulheres são mais prejudicadas pela reforma

### Mobilização pela Previdência começa pelos atos de 8 de março

As regras atuais da Previdência estabelecem exigências diferentes de idade e de tempo de contribuição para homens e mulheres como forma de reconhecer e compensar a sobrecarga de trabalho delas. É a famosa dupla jornada que as trabalhadoras enfrentam: na vida profissional e na vida doméstica.

A diferença de carga de trabalho total entre homens e mulheres aumentou nos últimos anos, chegando a 7,5 horas semanais a mais para elas, segundo o IBGE. Mesmo aposentadas, as mulheres continuam trabalhando no serviço doméstico.

Para a trabalhadora é ainda mais difícil se manter emprega-

da e contribuindo. São as mulheres, em sua maioria, que deixam os empregos para cuidar de parentes doentes ou são demitidas após ter um filho.

**50% das mães são demitidas até 2 anos após licença-maternidade\***

A crise econômica as atinge de forma mais dura: enquanto o desemprego atingia 11% entre os homens em 2018, chegava a 14,2% entre as mulheres. Elas são também maioria nos empregos precários, em que não há contribuição à Previdência. Com todos esses fatores, as mulheres atualmente já dependem mais

do que os homens da possibilidade de se aposentadoria por idade mínima (hoje, 60 anos de idade, desde que haja 15 anos de contribuição).

Por tudo isso, as novas regras propostas pelo governo Bolsonaro são particularmente injustas com as trabalhadoras. A começar pela exigência do tempo de contribuição que passará a 20 anos – só isso já impedirá muitas de se aposentar. As mudanças na idade mínima também são mais perversas para as mulheres (página 4). Para as professoras e trabalhadoras, a ideia é igualar a idade aos homens!

A capitalização também tende a ter um efeito mais perverso

nas mulheres, pois justamente pela dificuldade de se manter de forma contínua no emprego formal, a pensão deve ser menor. No Chile, o resultado é trágico para todos, mas ilustra essa diferença: os valores das aposentadorias, na média geral, correspondem a 33% do salário da ativa. No caso das mulheres, o percentual cai para 25%.

\*dado da Fundação Getúlio Vargas



## Vamos trabalhar mais tempo e receber menos

Principais ataques previstos e o prejuízo que trarão aos trabalhadores

**Aposentadoria do setor privado - urbano**  
**COMO É**

**HOMENS**  
65 anos, desde que haja 15 anos de contribuição;  
**ou** 35 anos de contribuição.

**MULHERES**  
60 anos desde que haja 15 anos de contribuição;  
**ou** 30 anos de contribuição.

**PROPOSTA DO GOVERNO**

- **reduzir a diferença de idade entre homens e mulheres de 5 para 3 anos;**  
- hoje, o trabalhador pode se aposentar por tempo de contribuição, mas o governo quer **estabelecer idade mínima para concessão de todos os benefícios**, independente do tempo de contribuição do trabalhador: 65 anos para homens e 62 para mulheres.  
- Mais tempo de contribuição: **mínimo de 20 anos.**

**Cálculo da aposentadoria**  
**COMO É**

**Valor do benefício** - média das 80% maiores contribuições ao longo da vida profissional.  
**Por tempo de contribuição:** recebe o valor do benefício.  
**Por idade - com 15 anos de contribuição:** recebe 70% do valor do benefício;  
**Com mais de 15 anos de contribuição:** 1% a cada 12 meses de contribuição.

**PROPOSTA DO GOVERNO**

**Redução nas aposentadorias:**  
**Valor do benefício** - Média de todas as contribuições ao longo da vida profissional (inclui os menores salários e o total fica menor).  
**Com 20 anos de contribuição (tempo mínimo):** recebe 60% do valor do benefício  
**Mais de 20 anos:** 2% a cada ano. 40 anos para chegar a 100% do valor do benefício

**Benefício de Prestação Continuada (BPC)**  
**COMO É**

1 salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos com renda familiar per capita inferior a 1/4 de salário mínimo.

**PROPOSTA DO GOVERNO**

- Restringir o acesso;  
- a partir de 60 anos, o idoso receberá R\$ 400,00. Chega a 1 salário mínimo aos 70 anos.

**Aposentadoria por incapacidade permanente**  
**COMO É**

Valor do benefício é a média dos 80% maiores salários.

**PROPOSTA DO GOVERNO**

60% da valor do benefício para quem tiver 20 anos de contribuição +2% a cada 1 ano extra de contribuição.  
Se for em decorrência de acidente ou doença de trabalho, média de todas as contribuições realizadas até o momento da concessão.

### REGRAS DE TRANSIÇÃO

- Incluem na Reforma todos os trabalhadores da ativa.
- Transição apenas para o tempo de acesso; a nova forma de cálculo passa a valer para todos imediatamente, reduzindo os benefícios.
- Redução ainda maior do valor para as trabalhadoras.

### PRIVILÉGIOS NO INSS?

Segundo o anuário Estatístico da Previdência Social, elaborado pela CUT Nacional/Dieese:

- **52% das aposentadorias concedidas são por idade**, e o valor médio desse benefício é de R\$ 1.119,22. Para esse grupo a reforma dificulta o acesso, amplia o tempo mínimo de contribuição e a idade para as mulheres. Os mais pobres são duramente atingidos.

- **34% das aposentadorias são concedidas por tempo de contribuição**, com valor médio do benefício de R\$ 2.326,58. Esses são privilegiados para o governo, que pretende aproximar o valor do benefício pago ao da aposentadoria por idade. Boa parte dos jornalistas está neste contingente.

- **14% das aposentadorias são concedidas por invalidez**, com média de benefício de R\$ 1.418,07. Não há medidas para reduzir os riscos que levam à invalidez, mas a reforma dificulta o acesso e reduz o valor.

### OS VERDADEIROS PRIVILEGIADOS

- **O segmento mais rico da população está fora da reforma** - não há nenhuma proposta de tributação das grandes empresas e seus proprietários para equilibrar a arrecadação pública.  
- Os grandes empresários, que arcam com a contrapartida patronal agora, podem passar a pagar ZERO, dependendo do modelo de capitalização adotado

## Como a reforma afeta os serviços públicos

A PEC impõe medidas aos Estados e Municípios que penalizam, também aqui, os trabalhadores, ingerindo nos regimes próprios de previdência de cada poder. Um deles é obrigação de que os entes que registrem déficit elevem a alíquota de contribuição à previdência dos seus servidores de 11% para 14% dos vencimentos - ou mais! Esses 3% representam, na verdade, **um confisco de 11 dias de salário.**

O governo apresenta os trabalhadores dos serviços públicos como os privilegiados que a reforma vai combater. Mas isso está longe da realidade. Há uma minoria dos funcionários de alto escalão no serviço público federal, ou em casos específicos como nas magistraturas estadu-



Assembleia de greve dos servidores de São Paulo

ais, com altos salários e benefícios previdenciários. A maioria das categorias federais já sofreram uma reforma e estão submetidos ao mesmo teto do INSS que limita os trabalhadores em geral.

Na cidade de São Paulo, onde no dia 26 de dezembro a Câmara aprovou uma reforma que an-

Sindsep-SP

tece vários dos pontos do projeto de Bolsonaro (como o confisco de 3% dos salários), o prefeito Bruno Covas (PSDB) também usou o discurso que os servidores são privilegiados.

Mas a medida atingiu funcionários das unidades de saúde, da secretaria de obras, professores das escolas municipais, agentes funerários, e até funções que recebem, no piso, pouco reais acima do salário mínimo. É por isso que essa parte da reforma atinge não só os servidores, mas também o povo que é atendido pelo serviço público.

No fechamento dessa edição, os funcionários da capital estavam em greve havia 24 dias, tendo realizado atos de até 80 mil pessoas.